

## PERSPECTIVAS MULTICULTURAIS EXPRESSAS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO MULHERES KARAJÁ-XAMBIOÁ EM MULTITERRITORIALIDADE

Thalita Paiva Costa<sup>1</sup>  
Kenia Gonçalves Costa<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente texto objetiva listar aspectos idealizados a partir de experiências que tivemos na leitura da construção da identidade de gênero da mulher Karajá-Xambioá em estudos culturais e socioterritoriais das diásporas das mesmas que se localizam no norte do Tocantins, na Terra Indígena Karajá-Xambioá, aldeia *Wari-lyty*, município de Santa Fé do Araguaia. Logo, pensamos numa identidade de gênero emergente na infinita re-a-firmação do “poder e tradição” transmitidos pelas “guardiãs da cultura” de seu povo (GRUBITS; DARRAULT-HARRIS; PEDROSO, 2005), pois as mulheres indígenas aqui apresentadas (KARAJÁ, 2016; KARAJÁ, 2017) lutam e resistem dia-a-dia para manter, material e simbolicamente, seu elo cultural ancestral, não apresentando uma identidade cultural una e inflexível, mas fluída e adaptativa aos empasses de sua organização social, nos ensinando que ser “pura” ou “não-pura” é uma questão de contexto e que está presente na desterritorialização à multiterritorialidade identitária, não se apagando com a violência e criminalização, até mesmo quanto a posse de seu território, que elas sofrem no decorrer de suas territorialidades socioespaciais de vivências cotidianas. Por isso apontamos que a representatividade dessas mulheres indígenas se re-afirma na tomada de poder que elas exercem perante os desafios encarados em seu contexto socioespacial na construção de sua identidade de gênero, uma vez que, a mulher não toma lugar, ela constrói o seu lugar no território.

**Palavras-chave:** Mulheres Indígenas. Identidade de Gênero. Multiterritorialidade.

### MULTICULTURAL PERSPECTIVES EXPRESSED IN THE CONSTRUCTION OF WOMEN'S GENDER IDENTITY KARAJÁ-XAMBIOÁ IN MULTITERRITORIALITY

### ABSTRACT

This text aims to outline aspects idealized from experiences gained through the study of gender identity construction of Karajá-Xambioá women within cultural and socioterritorial studies of their diasporas located in northern Tocantins, specifically in the Karajá-Xambioá Indigenous Land, Wari-lyty village, Santa Fé do Araguaia. We conceptualize an emerging gender identity rooted in the continuous reaffirmation of “power and tradition” transmitted by the “guardians of culture” of their people (GRUBITS; DARRAULT-HARRIS; PEDROSO, 2005). The Indigenous women presented here (KARAJÁ, 2016; KARAJÁ, 2017) fight daily to maintain their ancestral cultural ties, both materially and symbolically. Their cultural identity is not a singular and rigid construct, but rather fluid and adaptive to the dynamics of their social organization. This teaches us that being “pure” or “not pure” is a contextual issue, intertwined with the themes of deterritorialization and multiterritorial identity. Despite facing violence and criminalization, including challenges regarding land possession, these women navigate their socio-spatial territories. Thus, we argue that the representativeness of these Indigenous women is reaffirmed through the power they exercise in confronting socio-spatial challenges in their gender identity construction, emphasizing that women do not merely occupy space; they create their own place within the territory.

---

<sup>1</sup> Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins. Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: thalita.p.c@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professora Adjunta da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Goiás. E-mail: keniocost@uft.edu.br

**Keywords:** Indigenous Women. Gender Identity. Multiterritoriality.

**Data de submissão:** 05.10.24

**Data de aprovação:** 10.12.24

## INTRODUÇÃO

Sabemos que antes da chegada dos europeus à América, havia aproximadamente 100 milhões de habitantes no continente. No Brasil existiam aproximadamente 3 milhões de povos originários (IBGE, 2010). Atualmente, são em torno de 817.962 indígenas, aproximadamente 0,26% da população inicial, que ocupam o território brasileiro em reservas protegidas pelo governo, sendo que desse total, 572.000 Indígenas moram em zonas rurais e reservas e 315.180 vivem em zonas urbanas (IBGE, 2010). São cerca de 305 etnias indígenas diferentes e 274 línguas catalogadas e do total 17,5% não falam a língua portuguesa. A maior população indígena está na região norte com 305.873 (IBGE, 2010) cerca de 37% da população total.

Contudo, muitos desses povos não vivem mais como antes da chegada dos colonizadores, o contato com o não indígena fez com que muitas etnias modificassem sua realidade socioeconômica e cultural. O primeiro contato de transformação dessa realidade foi o eurocentrismo, pois em função dele os europeus achavam-se superiores aos indígenas e, portanto, deviam colocá-los ao seu serviço, e também convertê-los ao cristianismo fazendo-os seguir a cultura europeia.

Essa desconstrução de identidade tradicional genuína acontece desde sempre e mesmo com as leis indigenistas e quais quer outros tipos de intervenção não governamental e governamental a subversão da identidade indígena sempre vai acontecer, e com isso consequentemente ocorre uma construção de uma nova identidade, com valores, cultura e relações socioespaciais diferentes, que serão agregadas à anterior. Um ciclo que se diversifica, se mantém e se acumula com o choque do diferente e desconhecido até então.

No que se refere ao ser humano, segundo Hilka Machado (2003) somos completos de várias identidades, a social, cultural, pessoal e entre outras do cotidiano, e esse tema tem sido bastante enfatizado em estudos que procuram entender a sociedade, o grupo e o individual.

Todos os estudos relacionados à identidade abordam, em grande parte, os grupos urbanizados. Grupo esses que são qualificados por um tipo de sistematização e situação diferente dos indígenas. Um grupo que historicamente encabeça as relações de poder. Então teremos nessa pesquisa um estudo que duplamente precisa ser abordado, o estudo da mulher indígena a partir do olhar de uma mulher não indígena.

Nesse estudo analisaremos as relações indígenas da comunidade Karajá-Xambioá, no estado do Tocantins, que tem como eixo de referência o Rio Araguaia do qual, em sua cosmologia, eles/elas surgiram do fundo dessas águas. Fica localizada a 70 km do município de Santa Fé do Araguaia e a 150 km de Araguaína, distante 533 km de Palmas, capital do Tocantins.

Assim sendo, nesta pesquisa pretende-se compreender e vislumbrar uma realidade tão diferente da não indígena e saber como todo esse processo interfere direta ou indiretamente na construção da identidade da mulher indígena. Com isso poderemos nos aproximar da realidade cotidiana desse grupo. Este trabalho pode contribuir para a apresentação das problemáticas sociais que afetam a mulher indígena e a não indígena. Com as pesquisas realizadas podemos conhecer melhor a realidade por trás do cotidiano dessas mulheres invisíveis e entender como ocorre a construção da identidade delas em meio a sua rotina diária.

A razão da escolha do tema se prende a necessidade de conhecer as mulheres indígenas e suas problemáticas socioespaciais. A invisibilidade da mulher se amplifica ainda mais quando se

refere à mulher indígena. A pesquisa vai além da questão de gênero e quer identificar como essa eventualidade (a invisibilidade) afeta na construção da sua identidade. Pois sempre tive interesse em estudar os povos indígenas. Observar as diferenças na sociedade no que se diz respeito à mulher no seu cotidiano, entender a partir de um olhar pessoal e de fora dos costumes. E sabendo que problemática se agrava quando a discursão ultrapassa a concepção de gênero e entra no campo cultural.

Na abordagem metodológica tomou-se como base de método científico a fenomenologia desenvolvida nas experiências obtidas pela percepção do fenômeno vivido (MERLEAU-PONTY, 1999); em conexão com literaturas de abordagens idealistas voltadas às temáticas socioterritoriais (HAESBAERT, 2006, 2006a, 2007, 2007a) de (re)construção constante de identidades dinâmicas deslocadas/fragmentadas (HALL, 2003) e multiculturais representativas (HALL, 2003a) das mulheres indígenas (KAXUYANA, 2008), onde buscamos apreender e tomar consciência das escalas (CASTRO, 2005) relacionais de poder eminentes nos territórios (RAFFESTIN, 1993) expressos pela identidade de gênero construída no contexto cotidiano (SAFFIOTI, 1997, 1999, 2001) aqui estudado.

Pensamos numa identidade de gênero emergente na infinita re-a-firmação do “poder e tradição” transmitidos pelas “guardiãs da cultura” de seu povo (GRUBITS; DARRAULT-HARRIS; PEDROSO, 2005), pois as mulheres indígenas aqui apresentadas lutam e resistem dia-a-dia para manter, material e simbolicamente, seu elo cultural ancestral, não apresentando uma identidade cultural una e inflexível, mas fluída e adaptativa aos empasses de sua organização social, nos ensinando que ser “pura” ou “não-pura” é uma questão de contexto e que está presente na desterritorialização à multiterritorialidade identitária, não se apagando com a violência e criminalização, até mesmo quanto a posse de seu território, que elas sofrem no decorrer de suas territorialidades socioespaciais de vivências cotidianas.

Levando este trabalho a discutir, em primeiro plano, a questão contextual dos gêneros em que se encontram as mulheres Karajá-Xambioá a partir do poder que estas exercem na sociedade. Às perspectivas multiculturais da construção da identidade de gênero mulheres Karajá-Xambioá em tradução de múltiplas territorialidades, a partir de uma leitura simbólica e subjetiva, em discussão subsequente.

## **1 POVO KARAJÁ-XAMBIOÁ: DAS MULHERES INDÍGENAS NUM CONTEXTO LOCAL/GLOBAL**

O Povo Karajá é extenso e são denominados pela sua localização no decorrer do rio Araguaia. A comunidade Karajá-Xambioá se localiza no norte do Estado do Tocantins (figura 1), para onde voltam-se nossos interesses de estudo e, a cima de tudo, aprendizagem a partir da tomada de consciência das vivências cotidianas dessas mulheres indígenas. São também conhecidos como Karajá do Norte, que tem como eixo de referência o Rio Araguaia do qual, em sua história, eles/elas surgiram; são chamados de “povo de baixo”, por se localizarem no baixo curso do Araguaia (TORAL, 1992).

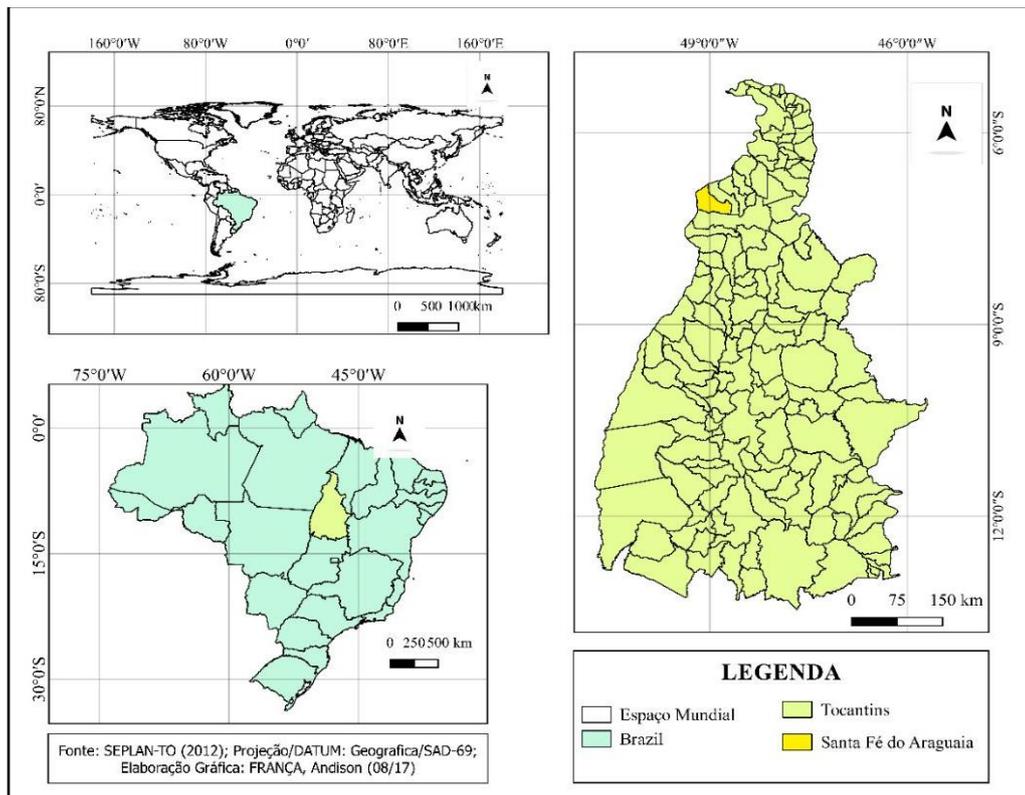
Esta comunidade fica localizada à 70 km do município de Santa Fé do Araguaia e a 150 km de Araguaína; 533 km distante de Palmas, capital do Estado. O Povo *Iny* (Karajá, Javaé e Karajá-Xambioá), como os próprios se denominam, se espacializam ao longo do Rio Araguaia, da seguinte forma os que ficam no meio curso do rio, utilizam também o braço do Rio Javaé e assim são denominados, pelo nome do Rio Javaé e também como o povo do meio. A comunidade que se localiza no alto curso do rio são os Karajá, o povo de cima.

A localização desses grupos é a seguinte: os Karajá do Norte, também conhecidos como Xambioá, são tradicionais habitantes do baixo curso do Araguaia, próximo à sua foz no Tocantins. Os Javaé, atualmente, concentram-se ao longo do rio que leva o nome do grupo, o braço menor do Araguaia, formador da Ilha do Bananal. Os Karajá

propriamente ditos se localizam ao longo do médio e alto curso do Araguaia (TORAL, 1992, p.15).

Na parte denominada o “povo debaixo”, existem quatro aldeias: a aldeia Xambioá, *Kurehe*, *Hawa-tymara* e *Wari-lyty*, duas ficam na beira do rio e duas mais distantes. A aldeia onde se localizam as mulheres indígenas dessa pesquisa têm residência na *Wari-lyty* e em comparação com o povo de cima, que é a comunidade onde o acesso é mais dificultoso, tem a sua localização mais perto da cidade de Araguaína facilitando o acesso à educação básica e superior na cidade de Araguaína. Como veremos mais à frente.

**Figura 1 – Localização Multiescalar do Povo Karajá-Xambioá.**



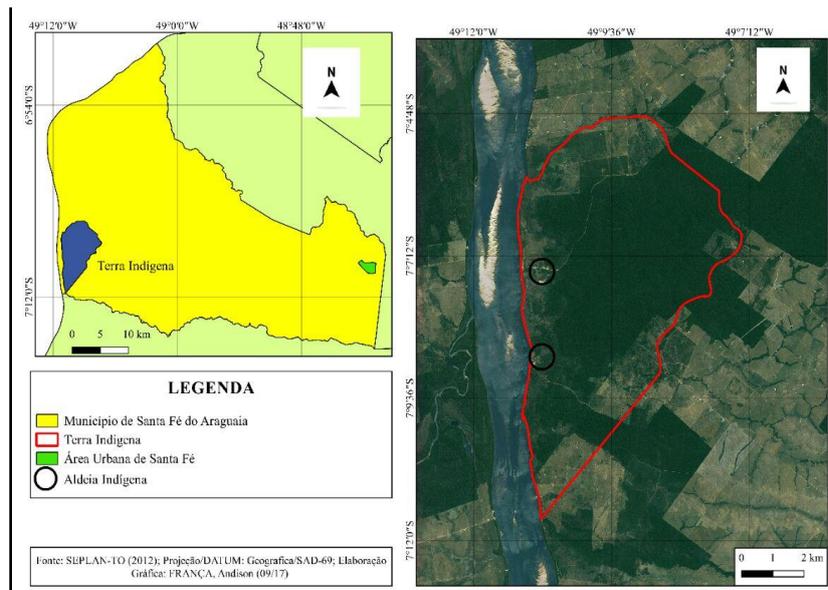
Fonte: REZENDE, 2017.

Esse povo se localiza no eixo do Rio Araguaia, e se subdividem conforme a sua localização com relação a ele. De acordo com Toral (1992) o Rio Araguaia é o eixo, a via de acesso aos inúmeros pontos de aldeamentos próximos a locais altos. Portanto, o Rio Araguaia tem muita importância para essa comunidade, que nele se baseia, em grande parte, sua locomoção, sua atividade de subsistência e o surgimento do seu povo.

Na sua cosmologia há relatos que eles viviam nas profundezas do Rio Araguaia sem nenhum problema, havia alimentos abundantes e eles não conheciam doenças e nem a morte. Porém um homem Karajá achou uma passagem e saiu para à superfície, conhecendo o que mais as terras de fora do rio tinham disponíveis, e logo após conhecer o que tinha de bom, esse homem Karajá retornou as profundezas para chamar os demais moradores, e assim foi feito. Depois de algum tempo que a comunidade saiu debaixo do rio para a superfície, além das coisas boas, conheceram as mazelas, como doenças, morte, desavenças, e portanto, tentaram retornar mas sem sucesso, pois não acharam a abertura que os levariam de volta a sua antiga casa. Tiveram que se instalar-se na beira do rio, para que a comunidade tivesse de onde tirar o seu sustento e também porque facilitaria a sua locomoção (TORAL, 1992).

Sucessivamente, tendo abordado brevemente este contexto histórico-cultural de ocupação dos territórios deste povo (figura 2), cabe agora – a partir de minhas experiências e vivências contemporâneas com essas “guerreiras” (KARAJÁ, 2017), tanto em campo (aldeia *Wari-Lyty*) quanto no Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI), ao qual fui monitora em 2016 e 2017 – apresentar a vocês uma leitura singular, e ao mesmo tempo múltipla, do fragmentado contexto local/global no qual estão inseridas as mulheres indígenas Karajás-Xambioá da aldeia *Wari-Lyty*, TI (Terra Indígena) Karajá-Xambioá.

**Figura 2** – Visão dos territórios materiais das mulheres Karajá do Norte – TI Karajá-Xambioá.



Fonte: REZENDE, 2017.

Para compreendermos este contexto não podemos fugir da realidade contemporânea de ordem universal sobre a local na qual essas mulheres estão inseridas. Tal como recorro à monografia defendida em 2017, intitulada

“A globalização no contexto da escola de ensino médio da TI Karajá-Xambioá – Santa Fé do Araguaia-TO”, de Rezende (2017), que, em síntese, – mesmo ao voltar-se às questões da globalização no contexto da escola de ensino médio da TI Karajá-Xambioá – nos proporciona uma compreensão à cerca da dinâmica de imposição da racionalidade universal (global) à “estruturação da realidade” (F. TINLAND, 1994, p. 27 *apud* SANTOS, 2017, p. 339) (ordem) local.

No *meio* local, a rede praticamente se integra e dissolve através do trabalho coletivo, implicando um esforço solidário dos diversos atores. Esse trabalho solidário e conflitivo é, também, copresença num espaço contínuo, criando o cotidiano da contiguidade. A esse recorte territorial, chamamos de *horizontalidade*, para distingui-lo daquele outro recorte, formado por pontos, a que chamamos *verticalidades*. Nesses espaços da horizontalidade, alvo de frequentes transformações, uma ordem espacial é permanentemente recriada, onde os objetos se adaptam aos reclamos externos e, ao mesmo tempo, encontram, a cada momento, uma lógica interna própria, um sentido que é o seu próprio, localmente constituído. É assim que se defrontam a Lei do Mundo e a Lei do Lugar (SANTOS, 2017, p. 334).

Estas horizontalidades e verticalidades são fatores importantíssimos nesta discussão, tendo em vista que o meio técnico-científico-informacional adentra a aldeia, entre as décadas de

1970 e 1980 junto à dinâmica neoliberal de escala internacional, com seus aparatos tecnológicos modernos, conectando e inserindo este povo à rede informacional não indígena, e agora “também” indígena ao menos ao nível do discurso estatal ou/e de ações excludentes desta superestrutura econômica mundial; fragmentando o que antes seria identidade pura. Celulares, *wi-fi* na escola indígena (REZENDE, 2017), antenas parabólicas nas casas, carros e motos para locomoção, etc. são fatores que trazem uma outra realidade técnica ao cotidiano desta comunidade em geral. Realidade esta que transforma e impacta diretamente o ser mulher indígena Karajá-Xambioá ao ponto que em um *clique* e/ou apertar de botão torna-se possível o universal no particular, bem como transporta o particular para o consumo global.

São diversos os fatores que (re)transformam o contexto de vivências destas mulheres. Entretanto, ao nosso olhar, é a situação de *Fronteira da alteridade*<sup>3</sup> em que essas personagens estão inseridas – e que pude vivenciar em curto tempo de convívio junto as mesmas – que nos chamam atenção de forma peculiar para o processo de “normas” (SANTOS, 2017, p. 331-339) da territorialização local das mulheres Karajá-Xambioá no norte tocantinense ao ponto que se faria incompleta a realização deste trabalho sem abordagem da mesma.

Porém, há também um tipo de fronteira material agroindustrial instalada sob a Amazônia (BECKER, 2005) e suas múltiplas culturas que está diretamente ligada aos territórios in natura destas mulheres e que devemos aqui ressaltar para que não fuçamos esta abordagem tão visível no dia a dia destas, na medida em que esta fronteira agrícola invade pouco a pouco (ver figura 2) estes territórios usurpando seus recursos de suas possuidoras originárias.

Logo esta invasão é executada de cima para baixo e cabe a quem está em baixo resistir e sobreviver. Esta é a lógica dominante de fragmentação dos territórios originários brasileiros, como aqui exposto. Um poder maior é imposto a essas comunidades fragilizadas ao ponto que o conflito se faz visível e a vida é mais um bem descartável para, geralmente os e não as, que tem Poder.

José de Sousa Martins acentua que este:

[...] é um cenário altamente conflitivo de humanidades que não forjam no seu encontro o homem e o humano idílicos da tradição filosófica e das aspirações dos humanistas. A fronteira é, sobretudo, no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam “do lado de cá”, um cenário de intolerância, ambição e morte (MARTINS, 2012, p. 9).

Nos lembram também Costa; Ratts & Alex (2010) que, sobre estas divergentes formas de ordenamentos territoriais em “escala conflitiva/relacional local” (CASTRO, 2005),

[...] outro fator a ser considerado é a redistribuição de terras, os processos de ocupação e afirmação territorial, pois através do marco legal do Estado, às políticas de ordenamento e reconhecimento territorial define certas características dos lugares e ocupações das áreas de vivência de cada povo. Sendo assim, a descrição e representação de vários territórios (sociais, econômicos, políticos) com características distintas e existentes no seio do território brasileiro. Nestes ambientes podem ser esboçados e registrados os confrontos contemporâneos com o desenvolvimento, o preservacionismo, o socioambientalismo e o papel do Estado no caminho da sustentabilidade (UFG, 2005 *apud* COSTA e RATTS, 2010, p. 11-12).

As mulheres indígenas Karajá-Xambioá, “do lado de cá” da fronteira, estão submetidas a esses conflitos de forma direta e isso também apresenta um grande abalo e significativas reconfigurações nas vidas destas, sobretudo no que se confere ao seu relacionamento com seus

---

<sup>3</sup> Cf. Martins, 2012, uma leitura sobre o estado de conflito social que, de forma subjetiva, coloca o outro, o “não civilizado”, em estado de degradação na sociedade.

territórios-abrigos (SANTOS, 2000). O que nos leva a apoiarmos em Maria Geralda de Almeida (2005) para entendermos uma questão de “fronteira da cultura” subjetivamente estruturada nas múltiplas territorialidades<sup>4</sup> destas mulheres. Mas que apresentam forte resistência com seu poder de mulher indígena, e que veremos no decorrer deste trabalho.

Assim, em nível de apresentação da realidade cotidiana das nossas inspiradoras pensamos que falar deste contexto local/global é falar de todo este aparato tecnológico de origem exterior às mulheres Karajá-Xambioá, mas que inserem-se em seus territórios e reconfiguram seu ordenamento em uma múltipla territorialização em rede. Que, por sua vez, dar lugar às fronteiras. Podendo iniciar de forma material mas que, para tal, no campo das ideias, submete culturas – ou seja, lógicas e modos de viver diferentes – a degradação subjetiva em nome da “civilização” e do lucro. Sendo que “[...] alguns traços da história deixou de existir dando espaço ao grande desenvolvimento tecnológico, esse povo que tanto lutou para garantir sua permanência em seu território, hoje continua a lutar para manter seus traços históricos [...]” (KARAJÁ, 2016). Conforme veremos na seguinte abordagem contextual do cotidiano socioespacial (doméstico) em que vivem essas mulheres.

### 1.1 CONTEXTO SOCIOESPACIAL COTIDIANO (DOMÉSTICO)

O cotidiano é marcado pela individualidade do lugar possível perante a ação, ao movimento do fazer e do acontecer nos locais. Onde são vivenciadas as mais diversas historicidades a partir de experiências circundantes que fazem do cotidiano um “[...] componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação. Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam [...]” (SANTOS, 2017, p. 321).

Permitam-nos agora falar de um contexto, individual e cotidiano especificadamente, estruturado historicamente por inúmeras relações, inclusive interétnicas – que “[...] por um lado essas uniões permitiram a recuperação populacional do grupo, por outro causaram considerável abalo na manutenção de certos aspectos da cultura Karajá do Norte [...]” (TORAL, 1992, p. 31) – ao qual às mulheres Karajá-Xambioá estão inseridas.

Nosso convívio e experiência aqui registram um estado de superação da mulher que, tradicionalmente, teve marcada em sua história relações de violência doméstica e menosprezo, mas que resistiu, e resiste, através do poder da tradição da mulher indígena Karajá-Xambioá. Trago um relato de entrevista para nos inserirmos exemplificando melhor o que essas mulheres vêm passando ao longo dos tempos para o firmamento de suas culturas, ao perguntarmos sobre a violência infamiliar na comunidade, sendo a resposta:

*[...] agora não tem não né [...] mas de vez enquanto aparece ai [...] mais o que acontece mais aqui é os marido que bate em mulher, bate na filha mermo [...] quando bebe fora né. [...] quando é aqui na nossa aldeia meu marido tem que chama a pessoa e fala né [...] fala com marido [...] quando ele não ta eu mermo chamo e falo [...] mais é negoço de bebida mermo. [...] mars nesses tempo eles não tão bebendo muito não (ENTREVISTADA A, agosto de 2017).*

Nesta abordagem, em

---

<sup>4</sup> Apresentadas neste trabalho mediante as ações subjetivas de representação e ocupação de variados espaços, e não somente os tradicionais, por parte das mulheres Karajá-Xambioá em vivências relacionais, logo simbólico-culturais, de novas possibilidades; a territorialidade pode ser também compreendida e conceituada como “[...] ‘algo abstrato’, como diz Souza, mas não num sentido que a reduza ao caráter de abstração analítica. Ela é uma ‘abstração’ também no sentido ontológico de que, enquanto ‘imagem’ ou símbolo de um território, efetivamente existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território a qual se refira não esteja materialmente manifestado [...]” (HAESBAERT, 2007a, p. 40-41. Grifos do autor).

[...] se tratando de povos indígenas, mais especificamente do povo karajá, é preciso olhar a questão da violência infrafamiliar e sexual, sobre o prisma das relações de poder assimétricas entre homens e mulheres. Uma assimetria que em muitos casos está ancorada em construções simbólicas advindas de tempos remotos, tendo os mitos e ritos como um elemento que normatiza práticas que se perpetuam ao longo da vida e que muitas vezes atingem a mulher karajá no seu dia-a-dia. Sendo [...] a questão da violência doméstica contra mulher karajá [...] uma das principais problemáticas que elas enfrentam em decorrência do contato com a sociedade não indígena. Gerada, quase sempre em função do uso de bebidas alcoólicas e outras drogas (TORRES, 2010, p. 2-3. Grifos nosso).

A técnica antes citada retoma seu papel histórico e apresenta certo protagonismo nesta problemática ao ser inserida também neste contexto indígena no mais depressivo dos casos: as drogas. Outrora, o cotidiano aqui apresenta esses conflitos mediante uma

[...] realidade tensa, um dinamismo que se está recriando a cada momento, uma relação permanentemente instável, e onde globalização e localização, globalização e fragmentação são termos de uma dialética que se refaz com frequência. As próprias necessidades do novo regime de acumulação levam a uma maior dissociação dos respectivos processos e subprocessos, essa multiplicidade de ações fazendo do espaço um campo de forças multicomplexo, graças à individualização e especialização minuciosa dos elementos do espaço: homens e mulheres, empresas, instituições, meio ambiente construído, ao mesmo tempo em que se aprofunda a relação de cada um com o sistema do mundo (SANTOS, 2017, p. 314. Grifos nosso).

Este, ressaltando, é um contexto delicado e cauteloso. Bem diferente do que estamos acostumadas em nossa rotina. E que as relações se propagam em planos culturalmente tradicionais diferentemente dos nossos, não indígenas. Não se conhece a totalidade sobre esse povo, seus costumes e ritos. Mas a sociedade não indígena insiste em lhe atribuir características fixas quando a fluidez já tomou conta de suas espacialidades, ocasionando uma constante dinâmica de (re)construção dos costumes originais, inclusive, destas mulheres aqui apresentadas. Ao ponto que se criou sobre estas comunidades olhares de um

[...] ambiente em que o corpo potencializa as mais diversas funcionalidades, o indígena em sua aldeia na oca com sua tanga e ornamentos sobrevivem no imaginário dos não indígenas e ainda é reproduzido cotidianamente nesta perspectiva, ocasionando uma visibilidade distorcida da realidade, *sobretudo da mulher indígena*. (LIMA e JANUÁRIO, 2012, p. 6. Grifos nosso).

São diversas as ações dessas mulheres nos seus serviços corriqueiros e construtivas ao sempre estarem buscando melhorias para sua comunidade. Práticas como o roçado, o cuidar dos filhos, preparo de alimentos (figura 3), confecções artesanais em cerâmicas e pinturas fazem parte exclusivamente deste tradicional contexto socioespacial doméstico cotidiano que expressa o ser mulher Karajá-Xambioá na aldeia *wari-lyty*. Assim estas mulheres são e mantêm as memórias afetivas da aldeia nesse resgate cultural exclusivo (KARAJÁ, 2012).

A resistência ponderada pelo “poder e tradição” (GRUBITS; DARRAULT-HARRIS; PEDROSO, 2005) destas “guardiãs” de sua tradicional cultura torna-se um processo representativo na medida em que as mulheres Karajá do Norte deixam apenas de servir aos afazeres domésticos e passam a ocupar mais e mais os espaços públicos dentro das reuniões de suas comunidades. Onde “[...] em meio a todo esse processo cotidiano podemos analisar uma luta constante, uma bravura sem fim por um reconhecimento [...], construindo seu protagonismo [...]” (KARAJÁ, 2012, p. 26).

Ressaltamos ainda que “[...] trabalhar o cotidiano dessas mulheres e um tanto complicado devido o cuidado que devemos ter para não agredir ainda mais sua cultura, pois a mesma se encontra em um momento de revitalização [...]” (KARAJÁ, 2012, p. 27). Portanto, cabendo aqui apontar o processo de (re)territorialização desta revitalização que estas estão construindo ao ponto que, transpassando os espaços indígenas de sua comunidade, adentram os diversos espaços antes considerados não indígenas, como o acadêmico; tratado aqui de forma significativa para registrar este marco histórico e fortalecer a luta dessas mulheres na busca por melhorias político-sociais de vida digna. Como veremos na outra parte com a entrada das mulheres indígenas na universidade a partir de novos territórios.

**Figura 3** – Tradicional representatividade da mulher indígena Karajá-Xambioá.



Fonte: Fotos da autora, 2017.

Mostrando-nos que a construção do gênero às mulheres Karajá-Xambioá significa não mais um estado de submissão ao homem, mas uma participação ativa na comunidade, acima de tudo nas relações de revitalização cultural, desenvolvendo atividades de sustento para as pessoas que ali vivem e que presenciam cotidianamente os trabalhos de representatividade dessas mulheres. Nos mostrando que no estudo da perspectiva dos gêneros a mulher está longe de ser o “sexo frágil”, como veremos logo em seguida.

## 2.2 MULHERES INDÍGENAS EM SOCIEDADE KARAJÁ-XAMBIOÁ: ESTUDOS SOBRE GÊNEROS NA ALDEIA *WARI-LYTY*

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. As ideias dominantes não são mais que a expressão ideal [ideell] das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensam; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda sua extensão, e portanto, entre outras

coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias em seu tempo; que, portanto, as suas ideias são as ideias dominantes da época (MARX & ENGELS, 2009, p.14).

Esta epígrafe de Marx e Engels, extraída de *A ideologia alemã* (2009), torna-se um tanto quanto precisa e sutil para adentarmos na reflexão adiante. Ora estando pautado em discutir sobre as diferentes formas, materiais e/ou simbólicas, de dominação sobre corpos e ideias. Onde lógicas são pré-estabelecidas como via de regra geral, sendo estas, na maioria dos casos, as da classe dominante formada quase que exclusivamente por homens; temos como contraponto a resistência do *outro* que se encontra em contexto fragilizado. Ou das outras, como o caso das mulheres Karajá-Xambioá que vêm resistindo as diferentes formas de degradação socialmente impostas a elas.

Ao abordarmos o contexto socioespacial cotidiano (doméstico) onde estão inseridas as mulheres<sup>5</sup> indígenas aqui apresentadas mostrou-se, no decorrer da parte anterior do trabalho, vivências de lutas e resistência a toda uma carga de invisibilidade social simbolicamente imposta sobre as mulheres indígenas Karajá-Xambioá em múltiplos aspectos socioculturais. Mas que as mesmas vêm resistindo a partir do poder que impõem de forma significativa e única no seu convívio cotidiano, tanto na sociedade indígena quanto na não indígena – por estarem inseridas em ambas.

Haja visto que

[...] a diferença da função de cada gênero dentro da cultura, nas quais as mulheres têm as responsabilidades domésticas que consiste em cuidar da casa, dos filhos, de coletar alimentos, cuidar da educação dos filhos. Culturalmente a mulher do povo Karajá tem que manter-se submissa ao homem. Quando me refiro à relação de gênero, podemos identificar alguma diferença nesse sentido de submissão para a comunidade feminina Karajá-Xambioá, aonde este valor cultural veio se transformando no decorrer do tempo. Sendo que os homens tiveram que se adaptar ao novo processo dinâmico do papel da mulher. Atualmente as mulheres vêm conquistando um amplo espaço dentro da comunidade (KARAJÁ, 2012, p. 7).

Outrora é preciso mostrarmos um pouco dos desafios que as mulheres Karajá-Xambioá da aldeia *Wari-Lyty*, superam rotineiramente para então, a partir dos estudos sobre gêneros, ou melhor, sistemas de gêneros como bem discuti Barbieri (1993, p. 149-155); gêneros, no plural, logo, por se tratar de um estudo relacional dos poderes atrelados ao que ser mulher e que ser homem? nas diversas sociedades existentes no mundo patriarcal em que vivemos hoje. Pois não se faz cabível um estudo unilateral e baseado apenas em apontar a subordinação feminina frente a superioridade masculina até então existentes. Uma vez que as mulheres, logo as mulheres indígenas como aqui discutido, também exerce poder ao ponto de apresentar certa representatividade que acentua-se a cada dia. Como pude vivenciar ao longo de meus estudos e convívio com elas.

Os estudos sobre os *sistemas gêneros* – por ser uma abordagem dual das ações relacionais entre homens e mulheres indígenas, ou não, em formação de contextos diversos segundo Barbieri (1993) apontam para

[...] *una cuestión de poder, pero éste no se ubica exclusivamente en el Estado y en los aparatos burocráticos. Sería un poder múltiple, localizado en muy diferentes espacios*

---

<sup>5</sup> Escolhemos tratar das mulheres, no plural, e não somente da mulher, no singular, por que “*las mujeres expresa la diversidad e historicidad de situaciones en que se encuentran las mujeres*” (BARBIERI, 1993, p. 148).

*sociales, que puede incluso no vestirse con los ropajes de la autoridad, sino con los más nobles sentimientos de afecto, ternura y amor* (BARBIERI, 1993, p. 146).<sup>6</sup>

Por isso tratar a questão de gêneros não apenas como o poder atribuído ao homem, como na maioria das vezes, em vista a subordinação das mulheres. É preciso nos atentarmos para estes “micro poderes” emergentes das diversas relações sociais e não única e exclusivamente do Estado (FOUCAULT, 2003). Este poder se constrói nos fatos, ou seja, nas ações que se exerce sobre (e que) os corpos movimentam; na medida em que a “[...] descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados [...]” (FOUCAULT, 2003, p. 159).

Ressalta ainda Foucault que, buscando

[...] como efeito a constituição de uma identidade. Pois minha hipótese é de que o indivíduo não é o dado sobre o qual se exerce e se abate o poder. O indivíduo, com suas características, sua identidade, fixado a si mesmo, é produto de uma relação de poder que se exerce sobre corpos, multiplicidade, movimentos, desejos, forças (FOUCAULT, 2003, p. 161-162).

Não podemos, logo, continuar em uma abordagem errônea tratando gênero como “[...] sinônimo da variável sexo [...]” (TONELI, 2012, p. 148). “[...] O gênero é performático e múltiplo, é ação [...]” (TONELI, 2012, p. 150). Pois, como mesmo ressalta Foucault, dizendo que o poder se exerce, se constrói e não se ganha simplesmente mantendo-o dentro de uma caixa. Esta construção é exercida em contextos relacionais. O que nos possibilita uma visão das variáveis ser mulher ser homem Karajá-Xambioá quando voltamo-nos a uma análise da totalidade deste espaço relacional engendrado no contexto da aldeia *Wari-Lyty*.

Ideia defendida também na abordagem teórico-metodológica de Barbieri (1993), ressaltando que

*[...] hay que destacar que para comprender y explicar los sistemas género no basta con conocer los ámbitos donde mayoritariamente varones y mujeres se expresan e interactúan, ni los espacios de la “normalidad” por donde transcurre la vida de la mayoría de la población. Se requiere también de conocer las colas de las distribuciones y esas zonas oscuras y límites de la sociabilidad, sobre las que da miedo y produce dolor pensar [...]* (BARBIERI, 1993, p. 160).<sup>7</sup>

Damos ênfase agora em discutir *las colas* (os meios) (BARBIERI, 1993, p. 160), ou melhor, os fluxos que tramitam valores simbólicos para construção da subordinação das mulheres nas ações de degradação destas em comparação ao que ser homem em nossa sociedade e para sociedade indígena traçamos o mesmo caminho de conhecer certos valores atribuídos de forma majoritária a homens e mulheres, ao ponto que tais questões remetem-se de imediato aos aspectos culturais da comunidade Karajá-Xambioá, aldeia *Wari-Lyty*. Formados ao longo da história deste povo.

<sup>6</sup> Tradução livre da autora: [...]uma questão de poder, mas este não se limita exclusivamente ao Estado e nas questões burocráticas. Seria um poder de várias facetas, localizados em muitos espaços sociais, que pode inclusive não passar por atitudes autoritárias e sim com atitudes revestidas de afeto, ternura e amor. (BARBIERI, 1993, p. 146).

<sup>7</sup> Tradução livre da autora: [...] Tem que destacar que para compreender e explicar os sistemas gênero não basta conhecer os locais de onde maioritariamente homens e mulheres se expressam e interagem, nem os espaços da “normalidade” por onde transcurre a vida da maioria da população. Se refere também, de conhecer as conexões das distribuições e as zonas escuras e limites da sociabilidade, sobre as que dá medo e produz dor ao imaginar[...]. (BARBIERI, 1993, p. 160).

É analisar toda simbologia instituída socialmente por atributos do que significa ser mulher Karajá-Xambioá na sociedade, não mais dentro dos velhos rótulos, fenotípicos até, sobre estas mulheres indígenas. Mas, em perspectiva relacional a partir da concepção experimental das vivências socioespaciais cotidianas, para entendermos a questão dos gêneros, então,

[...] o importante é procurar explorar as complexidades tanto das construções de masculinidade quanto as de feminilidade, percebendo como essas construções são utilizadas como operadores metafóricos para o poder e a diferenciação em diversos aspectos sociais (PISCITELLI, 1998, p. 150).

Ora devemos compreender as relações de gêneros como sendo dialéticas, capazes de refletir certas contradições e de apontar concepções diferenciadas de gênero de distintos atores(as) sociais de ambos os sexos. Sendo que, ao trabalharmos com tais relações de gêneros, devemos ter consciência de que mulheres e homens vivenciam relações e experiências diversificadas ao não existe igualdade de gênero em nossa sociedade contemporânea (COSTA; SILVERA; MADEIRA, s.d.).

Entretanto, por existir este poder relacional que emana empregado na resistência das mulheres Karajá-Xambioá é que ressaltamos a intervenção dessas em função de seus papéis quanto representantes de sua comunidade. Buscando ocupar cada vez mais espaços a elas negados ao longo da historicidade de suas vivências. Ao modo que hoje, o

[...] lugar da mulher Karajá-Xambioá (Ixy-Biowá) não é só mais de casa para o rio, agora elas estão em todos os lugares onde elas querem está, no campo, na roça coletando, alimentando em casa, no rio pescando, na escola trabalhando como professora, no posto de saúde como técnica de enfermagem, cuidando do seu povo, no campo jogando um futebol, fazendo artesanatos e outros. [...] Não é porque elas têm trabalhos iguais às mulheres não indígenas que elas deixaram de ser mulher guerreira Karajá-Xambioá (Ixy-Biowá), é por isso que são mais fortes e também por ter esse espaço conquistado dentro de seu território (KARAJÁ, 2017, p. 19).

É justamente na ocupação destes espaços diversos, assim como na formação de múltiplos territórios às territorialidades, que estas mulheres

[...] podem oferecer resistência ao processo de exploração-dominação que sobre elas se abate e milhões delas têm procedido desta forma. Não apenas no que concerne às relações de gênero, mas também atingindo as interétnicas e as de classes, pode-se afirmar que mecanismos de resistência estão sempre presentes, alcançando maior ou menor êxito (SAFFIOTI, 2001, p. 120).

Todavia, os gêneros, a nosso ver, podem ser compreendidos como conjunto de relações socioespaciais territorialmente expressas simbolicamente, mas também materialmente, por micro poderes (pré)estabelecidos socialmente de forma histórico-cultural entre ser homem e/ou mulher em nossas sociedades contemporâneas.

Contudo, acreditamos que estudar os gêneros numa perspectiva contextual simbólico-cultural de apropriação de espaços a partir destes mecanismos exercidos como forma de micro poderes pelos corpos nos possibilita, de forma peculiar, uma visão também territorial acerca da representatividade exercida pelas mulheres Karajá-Xambioá da aldeia *Wari-Lyty* em (ver figura 4) multiterritorialidade<sup>8</sup> de diferentes escalas relacionais imbricadas nos conflitos de ideias e interesses destes distintos poderes circundantes no espaço.

---

<sup>8</sup> Conforme trabalhada a fundo mais a diante, na subsecção 3.1 deste trabalho, a multiterritorialidade pode ser conceituada como: [...] resultante não apenas da sobreposição ou da imbricação entre múltiplos tipos territoriais (o que inclui territórios-zona e territórios-rede), mas também de sua experimentação/reconstrução de forma singular

**Figura 4** – Espacialidades/territorialidades cotidianas das mulheres Karajá-Xambioá na aldeia *Wari-Lyty*.



**Fonte:** Própria autora, 2017

A representatividade destas mulheres, engendrada contextualmente mediante a (re)configuração de seus territórios e territorialidades, então é tida como

[...] práticas que articulem diferenças em uma vontade coletiva ou ao gerar discursos que condensem uma gama de conotações, as condições dispersas da prática dos diferentes grupos sociais *podem* ser efetivamente aproximadas, de modo a transformar essas forças sociais não em uma simples classe “em si mesma”, definida por outras relações sobre as quais ela não tem controle, *mas também* em uma classe capaz de interferir enquanto força histórica, uma classe “por si mesma” capaz de estabelecer novos projetos coletivos. [...] Cada prática social é constituída na interação entre significado e representação e pode, ela mesma, ser representada (HALL, 2003a, p. 168-179. Grifos do autor).

Por isso não pensar mais de forma equivocada atribuindo características (prê)definidas socialmente a identidade de gênero dessas mulheres, mas, diferentemente, dar visibilidade a “importância do papel social desempenhado pela mulher indígena frente a sua comunidade e a sua realidade local” (OLIVEIRA, 2014, p. 3). Ao ponto que reconhecemos a construção da identidade de gênero mulheres Karajá-Xambioá intrinsecamente vinculada a tais fatores, logo contextuais. Capazes de (re)construir territórios em meio a dinâmica relacional à multiterritorialidade empregada pelo poder relacional das mulheres Karajá-Xambioá nos novos e diferentes espaços de vivências que estas vêm conquistando (conferir Figura 5), conforme relatado na entrevista a seguir:

---

pelo indivíduo, grupo social ou instituição. A esta reterritorialização complexa, em rede e com fortes conotações rizomáticas, ou seja, não-hierárquicas, é que damos o nome de *multiterritorialidade* [...]. (HAESBAERT, 2006a, p. 343. Grifos do autor).

*[...] sou professora, leciono dentro da minha disciplina, da minha área [...] história, depois que me formei na UFT. [...] faço parte do conselho dos professores indígenas. [...] falo na reunião quando precisa. [...] todas as vezes que tem um encontro relacionado as mulheres mermo, alguma oficina, alguma coisa assim, eu to participando. [...] bom, além de falar do direito das mulheres quanto povos indígenas, é lembrar a questão das mulheres ta se comunicando mais, é, em relação a participar de seus direitos; é voltado mais pra cultura né, principalmente quando eles falam de trabalho relacionados a mulheres mermo (ENTREVISTADA B, agosto de 2017).*

A identidade de gênero mulheres Karajá-Xambioá, construída em multiterritorialidade de “tradução” multicultural, como remete a ideia central aqui defendida, corrobora uma construção contextual, multiterritorial, pelo fato dessas mulheres estarem transformado (traduzindo), o que antes seria algo exterior a sua cultura, constantemente novas informações que a elas são apresentadas todo momento. Novas territorialidades então formam-se com o poder destas mulheres empregado de forma simbólico-cultural em espaços externos agora experimentados e internalizados; vividos cotidianamente.

**Figura 5** – Representatividade multicultural de mulheres Karajá-Xambioá em tradução à multiterritorialidade.



Fonte: Própria autora, 2017.

Mulher indígena Karajá-Xambioá, como elas mesmo afirmam em alguns de nossos diálogos, hoje é professora, técnica de enfermagem, doutora, etc. E isso está longe de fazer com que elas não sejam mais mulheres Karajá. E vemos que está “tradução”, ato e ação da experimentação de outras culturas em multiterritorialidade, acaba funcionando como meio de (re)construção da representatividade imposta pelo poder da identidade de gênero mulheres Karajá-Xambioá. Sendo complexo, dinâmico e constantemente múltavel resta a nós não dizer também o que é ou não é a identidade de gênero mulheres Karajá-Xambioá mas chamar atenção para tomada de consciência às *Perspectivas multiculturais da construção da identidade de gênero mulheres Karajá-Xambioá em multiterritorialidade*.

## 2. BREVES CONSIDERAÇÕES

Começamos aqui indagando que ser uma identidade pura em um mundo da Globalização? Onde as pessoas são bombardeadas constantemente por esta rede infinita de informações na qual nem todos que estão dentro – ou seja, são submetidos a vossa lógica – usufruem de sua totalidade tecnológica para construção de um melhor estado de bem estar social.

Onde há uma lógica dominante que levam pessoas a viverem em subordinação a outras. E onde “[...] é preciso aprender a ser mulher, uma vez que o feminino não é dado pela biologia, ou mais simplesmente pela anatomia, e sim construído pela sociedade [...]” (SAFFIOTI, 1999, p. 160). Justamente essa sociedade dominada pela técnica moderna de controle rentista ao capitalismo e suas demandas sobre os corpos. Onde os espaços privilegiados são para poucos, assim como o estado de dignidade humana, dando vida à fronteira de alteridade social.

Porém onde há também resistência de poder e representatividade. Como apresentado aqui a vocês através deste breve registro; uma mínima parcela advinda do convívio em algumas visitas na aldeia e do ensino-aprendizagem desenvolvido durante a monitoria do curso de geografia do Programa Institucional de Monitoria Indígena (PIMI-UFT), a fim de construir contribuições à solidificação da visibilidade das mulheres Karajá-Xambioá em nossa sociedade.

Com estudo contextual da des-re-territorialização á multiterritorialidade das mulheres Karajá-Xambioá, marcadas pelas complexas e distintas vivências que estas emergem em seus cotidianos. Voltando esta análise a questão multicultural que levam essas guerreiras a desenvolverem um processo de tradução com seu poder expresso em múltiplas territorialidades a nível multiescalar de produção de seus espaços. Bem como, também, na materialização de seus territórios

Enfatizando que não podemos atribuir valores simbólico-culturais fixos quanto o que ser ou não ser as mulheres Karajá-Xambioá, uma vez que suas atuações por si dizem o que elas são. Somente elas, e mais ninguém, nos mostram quem são e qual seu papel na sociedade. Mantendo seu poder e suas mais significativas tradições ao ponto que mecanismos exteriores a suas culturas tradicionais são incorporados a favor da firmação de seu lugar. Lutando sempre pela permanência de seus territórios, a começar pelas águas do rio Araguaia. E também pelo fortalecimento sempre de sua representatividade a partir do exercício de seu poder de mulheres Karajá-Xambioá.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. G. **Fronteiras, territórios e territorialidades**. [S.l: s.n], p. 103-114, agosto, 2005.
- BARBIERI, T. D. Sobre la categoria genero. Una introduccion teorico-metodologica. **Debates en Sociología**, n. 18, p. 145-169. 1993.
- BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, 19, (53), 2005.
- CASTRO, Iná Elias de. Geografia e política: **território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- COSTA, K. G.; RATTIS, ALEX. Histórias e memória das representações cartográficas indígenas da terra indígena karajá-xambioá-TO. In: **3º SIMPÓSIO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA: AGENDAS PARA A HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA IBEROAMERICANA**, abril, 2010.
- COSTA, R. G.; SILVERA, C. M. H.; MADEIRA, M. Z. A. Relações de gênero e poder: **tecendo caminhos para a desconstrução da subordinação feminina**. [S.l: s.n].
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 18º ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- GRUBITS, S.; DARRAULT-HARRIS, I.; PEDROSO, M. Mulheres indígenas: **poder e tradição**. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 363-372, set./dez. 2005.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. (org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 43-71.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: **entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades)**. In: ARAÚJO, F. G. B.; HAESBAERT, R. **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007a, p. 33-56.

HAESBAERT, R. O binômio território-rede e seu significado político-cultural. In: HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 117-128.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: **do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

HALL, S. A identidade cultural da pós-modernidade. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

HALL, S. Da diáspora: **identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: representação da UNESCO no Brasil, 2003a.

IBGE, **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/pt/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/os-indigenas-no-censo-demografico-2010#:~:text=O%20Censo%202010%20revelou%20que,do%20Minist%C3%A9rio%20da%20Justi%C3%A7a.%5D>. Acesso em: 30 nov. 2024.

KARAJÁ, A. D. G. Aspectos territoriais e culturais do povo karajá-xambioá. In: **XVIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**, Jul, 2016.

KARAJÁ, L. M. As mulheres karajá-xambioá: **o mundo no seu território**. Araguaína, TO: Monografias/UFT, 2017.

KARAJÁ, M. S. C. D. A. **O papel da mulher na cultura karajá-xambioá**. Araguaína: Monografias/UFT, 2012.

KAXUYANA, V. P. P. A lei Maria da Penha e as mulheres indígenas. In: VERDUM, R. (org.). **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas**. Brasília: INESC, 2008.

LIMA, S. M. S.; JANUÁRIO, E. R. S. Violência doméstica e mulher indígena: aspectos da legislação brasileira. In: **VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA**, jul, 2012.

MACHADO, Hilka. **A identidade e o contexto organizacional**: perspectivas de análise. Revista de Administração Contemporânea. v. 7. 2003.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARTINS, J. S. Fronteira: **a degradação do Outro nos confins do humano**. 2. ed. 1. re. São Paulo: Contexto, 2012.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

OLIVEIRA, L. O. N. Os des(caminhos) da identidade social das mulheres indígenas. **Interletras**, v. 3, n. 19, p. 1-12, abril. 2014.

PISCITELLI, A. Gênero em perspectiva. **Cadernos Pagu**, v. 11, s. n, p. 141-155, outubro. 1998.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REZENDE, T. P. C. **A globalização no contexto da escola de ensino médio da TI Karajá-Xambioá-Santa Fé do Araguaia-TO**. 100f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, Araguaína, 2020.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, v. 16, s. n, p. 115-136, agosto. 2001.

SAFFIOTI, H. I. B. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, v. 12, s. n, p. 157-163, setembro. 1999.

SAFFIOTI, H. I. B. Violência de gênero: **o lugar da práxis na construção da subjetividade. Lutas sociais**, n. 2, PUC/SP, p. 59-79, 1997.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: **técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SANTOS, M. O papel ativo da Geografia: **um manifesto**. **Revista território**, Rio de Janeiro, ano V, nº 9, p. 103-109, jul./dez., 2000.

TONELI, M. J. F. Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate. In: JACÓ-VILELA, A. M.; SATO, L. (orgs.). **Diálogos em psicologia social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012, p. 147-167.

TORAL, A. A. **Cosmologia e sociedade karajá**. (Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Museu Nacional Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1992.

TORRES, M. S. Um olhar sobre a violência intrafamiliar em aldeias karajá. In: **FAZENDO GÊNERO 9: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS**, ago. 2010.